



Revista de Ciências da Administração

ISSN: 1516-3865

rca.cse@contato.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Massaro, Marcio Luis

AS INSTITUIÇÕES E SUA COMPREENSÃO: SERIA ALGO PROPÍCIO ÀS PREMISSAS
INTERPRETATIVISTAS?

Revista de Ciências da Administração, vol. 19, núm. 47, abril, 2017, pp. 148-162

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273551593010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



As INSTITUIÇÕES E SUA COMPREENSÃO: SERIA ALGO PROPÍCIO ÀS PREMISSAS INTERPRETATIVISTAS?



The Institutions and your Understanding: would be something propitious to the interpretative premises?

Marcio Luis Massaro

Mestre em Administração. Professor de Economia e Comércio Exterior. Faculdade Paranaense FACCAR. Rolândia, Paraná. Brasil.
E-mail: mluismassaro@gmail.com

Resumo

Críticas voltadas à Teoria Institucional (TI) atentam principalmente contra sua fragilidade metodológica. É perceptível que sua base funcionalista não proporciona um aparato metodológico adequado às pesquisas na área, o que limita suas contribuições para o desenvolvimento do conhecimento em Estudos Organizacionais. A despeito das divergências paradigmáticas entre Funcionalismo e Interpretativismo, nas proposições de Burrel e Morgan (2006), este ensaio propõe a aproximação de ambos, por meio do uso da fenomenologia como recurso metodológico para os estudos no âmbito da TI. O pressuposto central é de que a fenomenologia, como instrumental metodológico, potencializa os resultados no campo da TI, à medida que lhe confira maior capacidade de subjetivar suas análises. O estudo é de ordem qualitativa, no modelo de ensaio teórico, de cunho descritivo. Conclui-se que existem pontos de convergência entre as duas linhas de pensamento que torna viável e desejável a aproximação da fenomenologia como ferramenta metodológica para a TI.

Palavras-chave: Funcionalismo. Interpretativismo. Fenomenologia. Teoria Institucional.

Abstract

Criticism aimed at Institutional Theory (IT), undermine especially against its methodological weakness. It is noticeable that his functionalist base, does not provide adequate methodological apparatus, the research in the area, which limits their contributions to the development of knowledge in Organizational Studies. Despite the paradigmatic differences between functionalism and interpretivism, the propositions of Burrel and Morgan (2006), this paper proposes the approach of both, through the use of phenomenology as a methodological resource for the study as part of IT. The central assumption is that phenomenology as methodological tools, can enhance the results in the field of IT, as it gives it greater ability to subjectively their analyzes. The study is qualitative, the theoretical test model, descriptive nature. It was concluded that there are points of convergence between the two lines of thought, which makes it feasible and desirable, the approach of phenomenology as a methodological tool for IT.

Keywords: Functionalism. Interpretivism. Phenomenology. Institutional Theory.



1 INTRODUÇÃO

A Teoria Institucional¹ representa para os estudos organizacionais a possibilidade de entendimento, sobre a influência que estruturas do ambiente, exercem na constituição e sobrevivência das organizações. A compreensão dos fatores e dos atores envolvidos nos processos de institucionalização dessas estruturas e o papel das lógicas institucionais possuem significância para o estrategismo organizacional e, assim, constituem fontes de estudos acadêmicos. Entretanto, conforme atentam Burrel e Morgan (2006), a ausência de métodos de pesquisas e proposições originais são pontos que sustentam críticas a TI, quanto a sua fragilidade metodológica (PECI, 2006), fato que restringe seu potencial de contribuição aos Estudos Organizacionais.

Por outro lado, uma vertente em pesquisas qualitativas, ainda pouco explorada no campo dos estudos organizacionais é a Fenomenologia (JÚNIOR; MELLO, 2008). Já consagrada como ferramenta em pesquisas no campo da Sociologia, Psicologia, Geografia e Educação, até por sua natureza filosófica, ainda não tem destaque no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Assim sendo, considera-se no âmbito deste ensaio, que sob a perspectiva Funcionalista, é possível apresentar e descrever as instituições, bem como discutir seus aspectos gerais. No entanto, para compreender a essência dos aspectos envolvidos nos processos de institucionalização bem como sob a abordagem das lógicas institucionais, a ótica interpretativista, se mostra como alternativa possível e adequada, e a fenomenologia, como um caminho metodológico capaz de desvelar as questões mais essenciais das instituições.

Diante dessas colocações, propõe-se a seguinte questão: A Fenomenologia seria possível como método para estudos no âmbito da Teoria Institucional (TI)? Partindo-se desse questionamento, este estudo busca ampliar as argumentações que aproximam a Fenomenologia, como recurso metodológico possível para os estudos que seguem os pressupostos institucionalistas. Na qualidade de ensaio teórico, de caráter qualitativo e de cunho descritivo, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente são apresentados os aspectos teóricos conceituais que circundam a TI. Na sequência, o horizonte estrutural dos paradigmas

Funcionalista e Interpretativista e posteriormente, as conjecturas que aproximam a TI e o Interpretativismo, com ênfase no uso da fenomenologia como alternativa metodológica aos estudos no âmbito da TI. Conclui-se com as considerações finais.

2 A TEORIA INSTITUCIONAL

A despeito da origem das bases do pensamento institucional, especialmente nos pressupostos de Selznick (1996), um novo institucionalismo² sociológico renasceu na segunda metade da década de 1970, quando a teoria tomou vulto, em especial nos estudos de Meyer e Rowan (1977). Fato que representou uma mudança radical, na análise da estrutura formal e das relações envolvidas na gênese dessas estruturas. O Institucionalismo pode, assim, ser definido como a análise dos processos que transformam crenças e ações, em regras de conduta social. As contribuições de Meyer e Rowan apontam que as estruturas formais possuem tanto propriedades simbólicas, como capacidade de gerar ação (BURREL; MORGAN, 2006).

Na perspectiva de Carvalho, Vieira e Silva (2012), as organizações são comumente pensadas sob a ótica da racionalidade e do poder da intenção de seus decisores. Esse fato direciona o foco dos estudos organizacionais para teorias fundamentadas nas premissas que envolvam a adaptação racional da organização, a seu lócus externo e suas condicionantes ambientais. A TI, para os estudos organizacionais, representa uma alternativa ao pensamento de que todas as decisões são dirigidas por critérios racionais de escolha.

Dessa forma, “[...] deve-se entender que a TI não é um conjunto de proposições que visa especificamente a análise organizacional; pelo menos, a ela não se restringe”. Antes, representa a junção convergente de um conjunto de pressupostos teóricos advindos da

Ciência Política, da Sociologia e da Economia, que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões de compor-

² Normalmente encontrado na literatura como Neoinstitucionalismo, porém, conforme colocações de Conceição (2002), a TI não pode ser linearmente entendida, mas sim, considerada desde suas bases conceituais, sob diferentes abordagens, o “velho institucionalismo”, passando para o “neoinstitucionalismo” e o “novo-institucionalismo”, bem como sob suas diferentes vertentes, política, sociológica e econômica. Sobre isso se trata mais adiante.

1 Neste trabalho, nominada simplesmente TI.

tamento, de normas e valores, de crenças e de pressupostos, nos quais se encontram imersos os indivíduos, grupos e organizações. (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1999, p. 218)

No Quadro 1 sintetiza-se a essência da TI sob a ótica de suas vertentes política, econômica e sociológica.

VERTENTES	SIGNIFICADO
Vertente política	No campo da ciência Política, a abordagem institucional dominou a linha de pensamento desde a última metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com foco na análise de estruturas e normas. Na década de 1930, o empiricismo nas ciências sociais colaborou para mudança de foco com predomínio da análise do comportamento do indivíduo. Na década de 1970, há uma retomada da importância das instituições no campo político. Nos estudos mais recentes, as atenções deslocam-se também para a influência do simbolismo na vida política.
Vertente econômica	Origem nos pensamentos de Thorstein Veblen, em 1898. Ele se opunha ao pensamento clássico econômico, e dava importância aos costumes e tradições para explicar o comportamento econômico, enquanto a ação individual é influenciada pelas circunstâncias e as relações de natureza institucional. Junto de Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell, defendiam que o processo econômico é um construto social que ocorre e é influenciado pelo contexto histórico e cultural, proposta vencida pelo racionalismo econômico. Na década de 1970, os debates nessa vertente continuam com tendência neoclássica de Williamson e Douglass North com foco nas relações econômicas do universo organizacional.
Vertente sociológica	Tem sua gênese na tradição sociológica de Durkheim e Weber, entretanto, apenas no fim da década de 1940, as organizações passam a ser o foco de investigação para os sociólogos, através dos estudos de Robert Merton. As contribuições dos trabalhos de Berger e Luckmann (1991) seguiram no sentido de focar os estudos na natureza e origem da ordem social, sendo essa fundamentada numa realidade construída socialmente pela interação com a natureza.

Quadro 1: A Teoria Institucional segundo suas vertentes
Fonte: Adaptado de Carvalho, Vieira e Silva (2012)

Seja sob a égide do “velho” do “novo institucionalismo” ou do “neo-institucionalismo”, a questão da instituição tem sido recorrente na explicação dos mais diversos fenômenos sociais, de acordo com o âmbito de suas três vertentes: política, econômica e sociológica.

Conforme Carvalho, Vieira e Goulart (2005), na vertente política verifica-se que as preocupações teóricas seguem desde o fim do século XIX no sentido de desvendar as estruturas legais tanto quanto as formas privadas de governança. Já em meados dos anos 1970 passam a focar em como as pressões sociais interferem na autonomia política.

Os símbolos, os rituais, as cerimônias, os relatos e dramatizações na vida política têm sido capazes de oferecer à análise institucional uma coerência interpretativa da vida política na sociedade contemporânea. (MEYER; ROWAN, 1977, p. 62)

A vertente econômica foi marcada em especial por uma contestação da visão clássica da economia, principalmente no que se refere à posição estática do indivíduo perante a sociedade. Para Veblen (1998), a visão única do indivíduo racional, que busca exclusivamente sua satisfação imediata é equivocada. Esse pensamento abre espaço para considerar hábitos, instituições como elementos importantes na definição das ações econômicas. Já a continuidade dos trabalhos sob o novo Institucionalismo, o foco da vertente econômica passa a analisar questões que focam em relações econômicas que ocorrem nas organizações, com destaque para os custos de transação, como se verifica em Williamson (1994).

Também para Conceição (2002), a corrente do pensamento institucionalista deriva dos preceitos de Veblen, sendo que, o fator marcante que caracteriza sua linha de pensamento é a contrariedade às proposições neoclássicas do indivíduo puramente racional e a busca por proximidades com o evolucionismo. Essa característica é o enfoque do que o autor denomina “velho institucionalismo”, quando as preocupações com as instituições figuravam a um nível mais descritivo.

Invariavelmente, institucionalismo é tido como uma linha de pensamento oposta ao neoclássicismo (Hodgson, 1998a), semelhante ao marxismo em alguns aspectos (Dugger, 1988) e vinculada ao evolucionismo (Hodgson, 1993).

Independentemente do enfoque adotado, atribui-se ao “velho” institucionalismo norte-americano, a partir dos escritos de Veblen – e, em menor grau, nos de Commons (1934) e Mitchel (1984) –, a matriz da Escola Institucionalista. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 87)

A partir da década de 1980, novas preocupações sobre as instituições passaram a povoar a produção literária no campo, em especial pelos trabalhos de Warren Samuels e Ray Marshall. Partindo dos preceitos do “velho” institucionalismo, percebe-se que apesar da proximidade do foco com a linha de pensamento de base, destaca-se que o pensamento “neoinstitucionalista” tem a essência de seu pensamento voltada para questões relacionadas ao ambiente (e sua influência). Assim sendo, os pontos de contrariedades com o neoclassicismo são recrudescidos.

Todas as abordagens, apesar de diferentes nuances, aproximam-se do referido “corpo de conhecimento”, revelando um ponto em comum: a negação do funcionamento da economia como algo estático, regulado pelo mercado na busca do equilíbrio ótimo. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 127)

Já a “Nova Economia Institucional” partindo principalmente dos preceitos de Ronald Coase e Oliver Williamson, tem seu núcleo de pensamento voltado para a Teoria dos Custos de Transação.

[...] preocupa-se, fundamentalmente, com aspectos microeconómicos, com ênfase na teoria da firma em uma abordagem não convencional, mesclada com história económica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 110)

Por outro lado, a vertente sociológica nasce de discussões que atentavam pouco sobre as organizações, apesar de versarem sobre relações entre essas e o ambiente.

A ênfase dos estudos recaía sobre as macroestruturas institucionais e constitucionais, sistemas políticos, linguagem e sistema legal, deixando as organizações à margem das formas institucionais. (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005, p. 855)

Para Scott (1995), a partir dos anos 1950 e 1960 é que as organizações, soberanas sobre o ambiente, passam a serem percebidas como possíveis conexões entre o indivíduo e a sociedade. Os trabalhos de Meyer e Rowan, (1977) abrem outras versões sob o novo institucionalismo sociológico. Desde então, considera-se que a organização não possui o controle soberano sobre o ambiente, ao contrário, este último é interventivo sobre as organizações. Sob o novo enfoque, as organizações, além de possuírem competência técnica, necessitam de legitimidade social, para assim, poder acessar demais recursos.

No geral, sob a vertente sociológica que norteia este ensaio, o foco principal da TI é a natureza objetiva da organização e do ambiente organizacional, sendo a visão de construção da ação organizacional, entendida para além de uma racionalidade objetiva, mas também, como a obediência quase inexorável a *scripts* institucionais. Essa visão institucional de organização, apesar de se ter como dominante, não é única. A abordagem institucional, tanto no âmbito do “velho” institucionalismo, “novo” institucionalismo ou “neoinstitucionalismo”, tem sido considerada sob a égide de suas vertentes – política, econômica, e sociológica – fonte de conhecimento para entendimento de fenômenos sociais (CARVALHO; VIEIRA; SILVA, 2012).

Entretanto North (1990) versa que as instituições simultaneamente determinam e limitam as escolhas dos indivíduos. No entanto, elas representam, de certa forma, uma estrutura que sustenta a vida diária de organizações e sujeitos, diminuindo as incertezas do ambiente. Também afetam o desempenho da economia, pelo efeito que exercem sobre os custos de intercâmbio de produção, e os custos de transação e de transformação. Então, as instituições estão ligadas diretamente ao controle das incertezas, fator fundamental para o estabelecimento e a sobrevivência das organizações. Sob essa perspectiva, instituições são estruturas formais, legitimadas, com poderes coercitivos, externas às organizações, definidoras de estilos de governança e de um aparato de regras e leis.

Apesar de todas as considerações, Tolbert e Zucker (1999) contatam que as organizações passam a ser foco de investigação para os sociólogos, apenas no fim da década de 1940, nos estudos de Robert Merton, período em que ocorre o estabelecimento de grandes organizações, fusões de empresas, internacionalizações

e, também, um período de transformações da sociedade no âmbito político e cultural.

Todavia, por certo tempo, houve um enfraquecimento das propostas institucionalistas, como citam Carvalho e Vieira, (2003). Já sob o neoinstitucionalismo, renascido das bases conceituais que envolvem as instituições, de que tratam Berger e Luckmann (1991), tendo por base os trabalhos de Meyer (1977), Meyer e Rowan (1992) e de Zucker (1997), passa a considerar o papel da cultura e do contexto institucional, bem como o conjunto de normativos profissionais e o próprio Estado nos processos de institucionalização. A definição de institucionalização, a partir de então, passa a ser “[...] o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o *status* de norma no pensamento e na ação sociais” (MEYER E ROWAN, 1977, p. 341).

O ambiente passa a ter um papel mais ativo para a análise dos processos de institucionalização, à medida que

[...] os partidários da abordagem institucional consideram que o comportamento individual é modelado por padrões criados e compartilhados pela interação, mas incorporados na forma de normas e regras objetivas, cristalizadas na sociedade como concepções legitimadas sobre a maneira mais eficaz de funcionamento das organizações. (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2002, p. 98)

Nessa nova perspectiva, as organizações perdem um grau de autoridade sobre o controle de seu ambiente, característica presente no velho institucionalismo. No entanto, um ponto de convergência entre as abordagens institucionalistas está justamente, no fato de que, ambos se colocam contrários aos modelos de organizações baseados em concepções racionalistas, destacando as influências da cultura e das relações com o ambiente na formação das organizações.

Nas concepções de Powell e DiMaggio (1991), a institucionalização é fator limitante da racionalidade organizacional, sob diversas fontes. Entretanto as divergências fundamentam-se nas questões do foco político e da luta de interesses intra e interorganizacional, são debates cada vez mais presentes.

Evidencia-se, ainda, no pensamento institucionalista, o papel preponderante da sociedade burocrática na transformação das instituições sociais, econômicas e

políticas. Nesse ponto, as afirmações de March e Olsen (1993, p. 2) seguem que “[...] a maioria dos principais agentes nos modernos sistemas políticos e econômicos são organizacionais formais, e as instituições legais e burocráticas desempenham um papel dominante na vida contemporânea”.

Historicamente, a Teoria Neoinstitucional se ocupou intensivamente de estudos, sobre a forma que pressões institucionais, o que leva as organizações e os grupos sociais ao isomorfismo. No entanto, um avanço contemporâneo sugere um foco maior nos estudos das lógicas institucionais e como essas moldam as organizações e indivíduos (NIELSEN; JENSEN, 2011; THORNTON; OCASIO, 2008).

Na perspectiva de Jackall (1988, p. 37), o conceito de lógicas institucionais está voltado ao

[...] complexo, experimentalmente construído e, portanto, contingente, conjunto de regras, prêmios e sanções que os homens e mulheres em contextos particulares, criam e recriam de tal forma que seu comportamento e perspectiva que os acompanham são até certo ponto regularizado e previsível.

Para Thornton e Ocasio (2008, p. 101), “[...] succinctamente, uma lógica institucional é o caminho que um mundo social particular constrói”. Os autores consideram que as lógicas institucionais influenciam na formatação de indivíduos e de organizações, à medida que os indivíduos e as organizações se identificam com a identidade coletiva de um grupo, já institucionalizado, como profissões, populações ou mesmo outras organizações (MARCH, OLSEN, 1993).

A identidade coletiva é a conexão cognitiva, normativa e emocional experimentada por membros de um grupo social por causa de sua percepção de status comum com outros membros do grupo social. (POLLETTA; JASPER, 2001 *apud* THORNTON; OCASIO, 2008, p. 111)

É nesse contexto que, visando promover um aprimoramento dos métodos e da própria teoria institucional, a ocorrência do empréstimo de métodos de outras teorias tem obtido resultados mais adequados, já que os dados trabalhados diante dos estudos das lógicas institucionais envolvem entrevistas, grupos de discussão, documentos históricos, discursos políticos e outros.

Métodos de análise incluem, por exemplo, genealogia, a etnografia, a análise de conversação, análise de conteúdo, análise de narrativas, análise crítica do discurso e retórica análise que fazem uso de uma variedade de textos incluindo palavras, imagens, símbolos, e artefatos culturais, entre outros. (THORNTON; OCASIO, 2008, p. 110)

3 FUNCIONALISMO E INTERPRETATIVISMO

Na visão de Kuhn (1970), um paradigma representa um conjunto de ideias definidas e estruturadas por uma parte da comunidade científica, que, influencia a forma, pela qual, as pessoas percebem o mundo, resolvem questões, apreendem teorias. De forma bem simples, paradigmas representam basicamente lentes, por meio das quais se visualiza uma questão;

Deve ser dito que paradigmas definem, em um senso acordado e profundamente assentado, uma forma de ver o mundo e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem conceitual comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora. (BURREL, 1999, p. 445)

Para os estudos organizacionais, a análise paradigmática foi inserida em grande parte através dos estudos de Burrel e Morgan (2006). “Eles identificaram quatro paradigmas que são necessariamente formados pela adoção de uma posição a partir de duas dimensões conceituais básicas.” (BURREL, 1999, p. 445). Essas dimensões referem-se à dicotomia subjetivo-objetivo, inerentes à forma que cada paradigma possui de traduzir as questões que lhes são submetidas. Por coerência com a proposta deste trabalho, serão apresentados apenas os paradigmas funcionalista e interpretativista.

Segundo Burrel e Morgan (2006, p. 21), a tradição intelectual que deu origem ao pensamento funcionalista é anterior à própria sociologia como disciplina, e assim, há certa dificuldade em definir exatamente sua

gênese, entretanto, tem no pensamento de Auguste Comte (1789-1857) sua primeira expressividade.

Comte era de um mundo em que a “racionalidade” científica estava em ascendência, subjacente a base de uma ordem social bem regulada. [...] Baseado no modelo “positivo” das ciências naturais, utilizou analogias mecânicas e orgânicas, distingui entre estático (estrutura) e dinâmico (processo) e advogou um holismo metodológico. Iniciou importantes regras básicas para uma empresa sociológica dirigida a uma explanação da ordem e da regulação social.

O funcionalismo é estruturado no âmbito de quatro grandes categorias de pensamento, das quais derivam diversas escolas: “a) a teoria do sistema social; b) interacionismo e teoria da ação social; c) teoria integrativa; e d) objetivismo” (BURREL; MORGAN, 2006, p. 27). A Figura 1 apresenta, de forma sistêmica, toda estrutura do paradigma e a divisão das escolas do pensamento com seus principais proponentes.

O paradigma funcionalista possui uma abordagem objetivista diante das questões que analisa, tal fato é comum às ciências naturais. O foco dessa abordagem para a análise social está no estudo do papel que os seres humanos desempenham na sociedade. Sob a ótica da objetividade, considera-se “[...] que o mundo social é composto de artefatos empíricos relativamente concretos e de relações que podem ser identificadas, estudadas e medidas [...]” segundo as premissas da racionalidade. Assim, de forma sistêmica, visualiza-se que a sociedade constrói relações com base na ordem e na regulação. (BURREL; MORGAN, 2006, p. 17).

No campo dos assuntos sociológicos, o funcionalismo tende a ser ontologicamente realista à medida que visualiza o mundo externo como resultado de uma cognição concreta do indivíduo. Do ponto de vista epistemológico, é positivista à medida que busca sempre “[...] explicar e predizer o que acontece no mundo social, pela procura de regularidades e relações causais entre seus elementos constituintes”. Quanto à natureza humana, o paradigma funcionalista é determinista, no sentido de considerar que o ambiente e a situação possuem o poder de moldar o homem. Metodologicamente, admite-se que o funcionalismo seja nomotético devido à “[...] ênfase na importância de basear pesquisa em protocolo sistemático e em técnica.” (BURREL; MORGAN, 2006, p. 9-10).

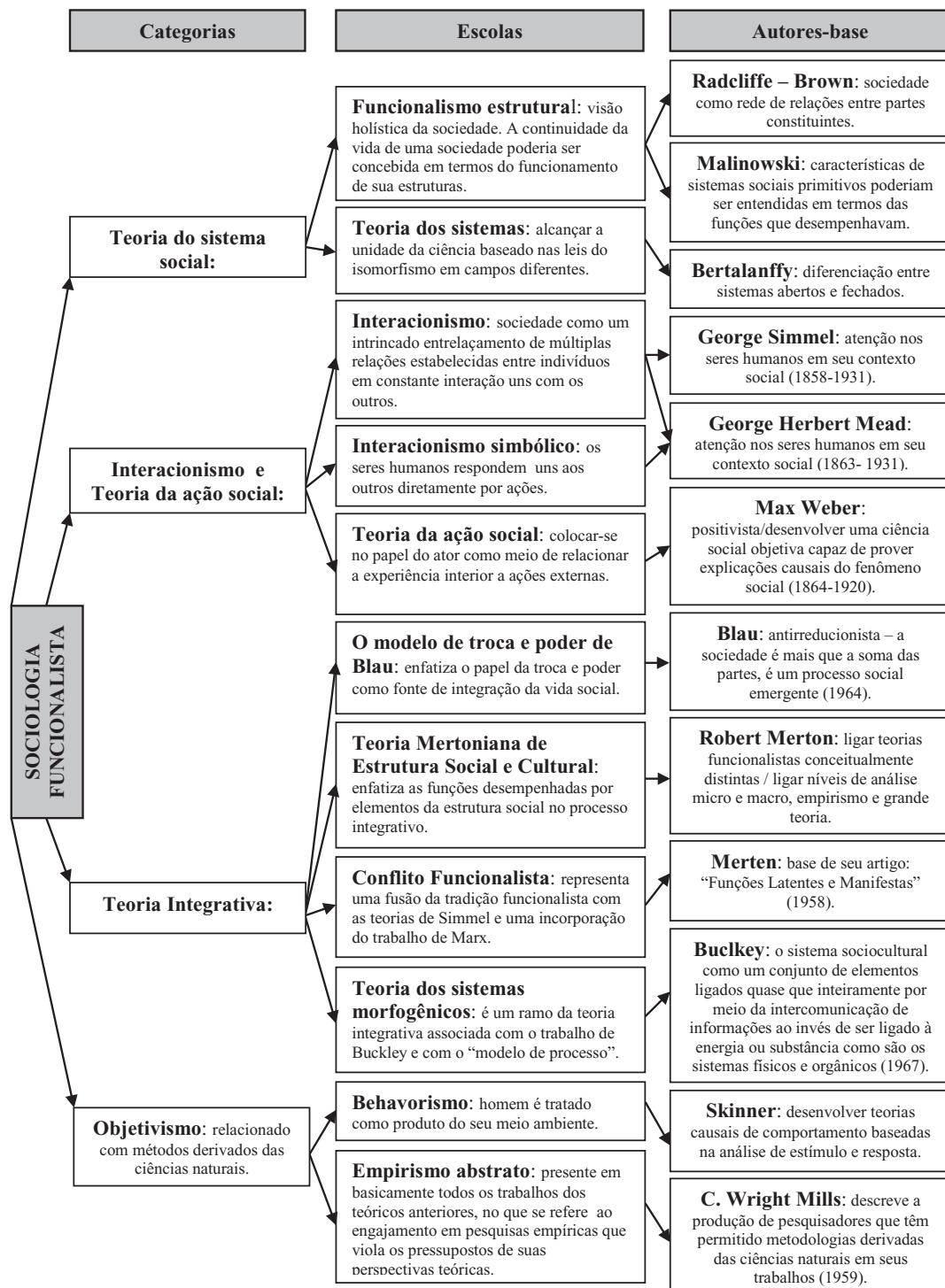


Figura 1: Estrutura do paradigma da Sociologia Funcionalista

Fonte: Adaptada de Burrel e Morgan (2006)



Em essência, o funcionalismo possui suas bases nos pressupostos do positivismo, sob o pensamento de Auguste Comte. Não obstante, apresenta-se como o paradigma dominante nos estudos acadêmicos, tanto no âmbito social quanto organizacional e, assim sendo, o racionalismo exacerbado como característica primeira do positivismo está presente em grande parte das análises no campo dos fenômenos organizacionais (JUNIOR; PACAGNAN; OLIVEIRA, 2012).

Por outro lado, a Sociologia Interpretativista é constituída entre o final do século XIX e início do século XX, em reação à hegemonia funcionalista-positivista. O foco interpretativista está no entender e explicar o mundo social, sob o ponto de vista dos atores envolvidos no processo social. Em contradição ao positivismo sociológico e, com grande influência do idealismo germânico, teve muita influência dos pensamentos de Immanuel Kant (1724-1803), Wilhelm Dilthey, Max Weber e Edmund Husserl. O centro das discussões do pensamento interpretativista era que, as ciências humanas e ciências naturais, divergem principalmente quanto à sua natureza e finalidade (BURREL; MORGAN, 1979, p. 67).

Além de focar no comportamento da consciência humana, esse grupo de teóricos se voltou para os problemas básicos epistemológicos entre o confronto das ciências natural e social. Então, a considerada ciência da cultura utilizou-se de um novo método analítico, que permitia compreender os seres humanos, suas mentes e, sentimentos expressados nas suas ações, o *verstehen*, pelo qual seria possível ordenar e explicar a ação humana. “A ação é social até onde, em virtude do significado subjetivo ligado a esta ação pelo indivíduo enquanto ator social, leva em conta o comportamento de outros indivíduos, e por esse meio é orientado em seu desenvolvimento.” (WEBER, 1947, p. 154)

Max Weber busca reconciliar, pontos de tensão, entre idealismo e positivismo, na busca de, criar uma teoria causal de explicação social. Edmund Husserl, por sua vez, é considerado o fundador do movimento fenomenológico na filosofia. A fenomenologia busca investigar e, trazer às claras, os verdadeiros fundamentos do conhecimento, porquanto, estuda a essência dos fenômenos.

De forma geral, os teóricos de todas as linhas de pensamento, dentro do paradigma interpretativo, possuem um ponto de inferência comum, de enten-

der a experiência subjetiva do indivíduo, do ponto de vista do ator individual, como sendo essa experiência constituinte da realidade social. Ontologicamente, o paradigma interpretativista é nominalista, e voluntarista em relação à natureza humana, sendo que as teorias construídas sob esse paradigma são em essência antipositivistas, ou seja, rejeitam os pressupostos das ciências naturais, fato dentre outros, que o afasta do funcionalismo. O método de estudo é o ideográfico.

A estrutura do pensamento interpretativista, é constituída segundo o grau de subjetividade. O interpretativismo apresenta-se em termos de quatro linhas distintas, porém relacionadas, sendo elas: a) solipsismo; b) fenomenologia; c) sociologia fenomenológica; d) hermenêutica.

O Solipsismo localiza-se no lado mais subjetivista do paradigma. Trata-se do pensamento extremista de idealismo subjetivo, que teve em Berkeley (1685-1753) um dos principais proponentes. Está ligado antes à metafísica que à sociologia, daí seu caráter subjetivo extremista, que resulta em “completo relativismo e ceticismo”. Acreditam que o mundo não tem existência própria, mas sim, é criação da mente do indivíduo, objeto de suas próprias sensações. O mundo é produto da percepção dos indivíduos (BURREL; MORGAN, 2006).

A Fenomenologia localiza-se numa posição intermediária entre os extremos subjetivo-objetivo do pensamento interpretativo. O movimento Fenomenológico “[...] não é algo completamente coerente, visto que reflete um grande número de linhas de desenvolvimento”. O ponto de partida pode ser a linha da fenomenologia transcendental firmada nos estudos de Husserl e seguida da contribuição de autores como Scheller, Heidegger, Shutz, Sartre e Marleau-Ponty. Entretanto, são consideradas, na sequência evolutiva, as proposições de Schutz no âmbito da fenomenologia existencial (BURREL; MORGAN, 2006, p. 76).

Conforme Burrel e Morgan (2006), a Fenomenologia Transcendental não se trata de investigação de fatos internos ou externos, ao contrário, desconsidera a experiência, vai além da realidade objetiva, em busca da realidade na consciência. Busca entender os objetos, em si mesmos, como sendo intenções da consciência, a fim de materializá-los tais como são. Frente ao conteúdo do conhecimento, o método fenomenológico parte em “[...] negligenciar o que só conta aos filósofos e cientistas [...]”, buscando descrever os

objetos tais como se apresentam a si mesmos, como significados para torná-los visíveis como são. Assim, a análise fenomenológica transcende a aparência física superficial das coisas ou da intuição.

Nessa busca, o método da *époque* é viável à “redução fenomenológica” na intenção de trazer às claras o campo da essência das intenções como fonte de significado, entre a consciência pura e o mundo como fenômeno. A proposta de Edmund Husserl é de apreender o mundo como um fenômeno, o qual manifesta a si mesmo, na consciência não no objeto, mas, significado. “[...] A realidade não é construída pela consciência; ela lhe é revelada através do ato de intencionalidade” (BURREL; MORGAN, 2006, p. 77).

A fenomenologia existencial é ligada ao trabalho de Heidegger, Merleau-Ponty, Sartre e Schutz. “Eles partilham um interesse comum pelo que Husserl chamou de “mundo da vida” (*Lebenswelt*), para significar o mundo da experiência cotidiana”, o que por si já se opõe à consciência transcendental. Procura uma análise de significado no fluxo da consciência, como sendo esse uma constante sequência de experiências vividas as quais não possuem significado em si mesmas. Tem em Alfred Schutz (1899-1959) seu principal proponente, que buscava “entender o mundo social pela visão daqueles que vivem nele, usando os construtos e as explicações que são inteligíveis em termos de interpretação do senso comum da vida cotidiana”. Seu trabalho estava voltado a relacionar a fenomenologia com os problemas da sociologia (BURREL; MORGAN, 2006, p. 80).

A Sociologia fenomenológica como linha da teoria interpretativista, apresenta-se sob duas escolas de pensamento. A Etnometodologia, que se funda no “minucioso estudo da vida cotidiana”. Tem interesses nos processos, pelos quais, os atores do cotidiano, interagem uns com outros nos eventos e atividades em que estão inseridos. O termo etnometodologia foi proposto por Harold Garfinkel, e distingue-se sob duas maneiras: linguístico – “foco no uso da linguagem e as formas pelas quais as conversações diárias são estruturadas”; situacional – foco nos “meios pelos quais as pessoas negociam os contextos nos quais eles próprios se encontram” (BURREL; MORGAN, 2006, p. 80).

O Interacionismo Simbólico Fenomenológico tem sua ênfase, na análise da interação pela qual os indivíduos criam seu mundo social e, não somente

respondem a estímulos desse. A ação é um construto e não um mero mecanismo de liberação. Seu principal expoente foi G. H. Mead.

Blumer (1986) coloca que o movimento do interacionismo simbólico está alicerçado em três premissas: - Os seres humanos agem em relação às coisas baseando-se no significado que estas coisas têm para eles. Elas incluem tudo que os seres humanos podem notar como objetos físicos, outros seres humanos, categorias de seres humanos como amigos ou inimigos, instituições, ideais, atividades dos outros e situações que os indivíduos encontram no seu cotidiano; - O significado das coisas é derivado ou surge da interação social que um membro tem com o outro; - Os significados das coisas são apropriados e modificados por um processo interpretativo usado pela pessoa para lidar com as coisas que ele defronta. (BISPO, 2010, p. 7)

A Hermenêutica representa a linha menos subjetiva do pensamento interpretativista. Seus proponentes possuem uma visão “idealista objetiva” do mundo sociocultural, tendo nos trabalhos Dilthey, sua maior influência, e na noção do *verstehen* e também nos trabalhos de Gadamer mais recentemente. O pensamento principal é de que os seres humanos objetificam através de artefatos culturais, seus processos mentais internos. O exemplo dessa objetificação fica na visão de instituições, literatura, linguagem, obras de arte, religiões.

4 APROXIMANDO TEORIA INSTITUCIONAL E INTERPRETATIVISMO

O Paradigma Estrutural-Funcionalista sofreu questionamentos na década de 1970, que atentam contra o caráter fechado de suas proposições, a pouca relevância do aspecto político, bem como, a desconsideração da influência histórica, fato que, abre espaço à propositura de novas teorias com preocupações diversas no campo da Teoria das Organizações, em especial, no que se refere à influência de fatores externos às organizações (CARVALHO; VIEIRA, 2003). A TI, como componente do acervo teórico funcionalista, padece então, pela condição de engessamento metodológico de seu paradigma.

A despeito do distanciamento paradigmático, frente ao funcionalismo, o interpretativismo representa,



o princípio da busca pela explicação e, a busca do sentido dos fenômenos organizacionais, em contraponto ao objetivismo exacerbado funcionalista, que muitas vezes o torna limitado para a compreensão das organizações. O pensamento interpretativista, busca visualizar organizações, como processos resultantes da interação de indivíduos que, interpretam e buscam sentido nas coisas, através de suas experiências subjetivas (VERGARA; CALDAS, 2007).

Por isso, na concepção de Burrel e Morgan (2006) os teóricos da linha interpretativista, focam seus estudos em explicar como a existência concreta dos aspectos da vida organizacional, depende das construções subjetivas das individualidades humanas. Nota-se que essa característica, se faz muito próxima das necessidades da TI, diante de seu propósito explicativo, dos fenômenos ligados às instituições.

Sob as lentes interpretacionistas, as organizações figuram não apenas sob o aspecto racional de um planejamento, mas também passam a deter um novo plano, enquanto fenômeno socialmente construído, como sendo resultado de uma série de “interações não racionais de cunho político, cultural, e de processos cognitivos e simbólicos” (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004, p. 41). O interesse dos proponentes interpretativistas é de compreender o mundo subjetivo da experiência humana. Assim, é necessário adentrar nos fenômenos investigados, a fim de compreendê-los de dentro. Por isso, rejeita-se uma imposição externa que, normalmente, viria impregnada da visão do observador (BURREL; MORGAN, 2006).

A Teoria Institucional se faz cada vez mais presente no âmbito dos Estudos Organizacionais, desde o fim da década de 1970, em especial, pela sua alta propensão explicativa. Por outro lado, tem recebido críticas constantes, no que toca à suposta identificação da perspectiva institucional de análise, dentro do âmbito do Neoinstitucionalismo. É evidente, porém,

[...] que já não cabe restringir a análise do processo de institucionalização à identificação do efeito da estrutura social no comportamento social ou, em direção contrária, da definição de ações intencionais, buscando conformar certa ordem institucional favorável aos valores e interesses de atores racionais. É necessário verificar os padrões estruturais vigentes, as ações que eles possibilitam e limitam, quais significados são construídos, modificados e reproduzidos

pelos atores para responder às circunstâncias ambientais, o que implica no uso de estratégias de pesquisa capazes de captar a interdependência entre estrutura, interpretação e ação, em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, o exame dos esquemas interpretativos se torna essencial para a compreensão da dinâmica organizacional [...]. (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010, p. 31)

O que se mostra, então, é que, há um locus de convergências possíveis entre as necessidades metodológicas contemporâneas da TI e as disponibilidades estruturais dos aspectos do interpretativismo. De acordo com Thornton e Ocasio (2008), considera-se, ainda, que no âmbito dos estudos das lógicas institucionais, o que se tem demonstrado eficiente é, justamente, a triangulação de métodos qualitativos e quantitativos, como o caso do método de tipos ideais que concilia abordagens interpretativas com testes de hipóteses. Nesse sentido, a proposta de aproximação da TI com o interpretativismo não se propõe no sentido de afastar a TI de sua essência funcionalista, mas como forma de comutação metodológica complementar, que conferiria à TI, uma liberdade investigativa que ela demanda.

5 A FENOMENOLOGIA COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL PARA TI

A evolução temporal do pensamento em TI, de certa forma, pode ter contribuído para uma aproximação dos preceitos interpretativistas. Considerando-se que a primeira concepção institucional estava mais voltada para os estudos das organizações, o que se verifica a partir da década de 1970 é uma alteração no foco dos estudos em TI, em especial, no que concerne a visão das relações de ambientes interorganizacionais. Dessa forma, o ambiente passa a ter um papel mais ativo para a análise dos processos de institucionalização. Os partidários da abordagem institucional passam a considerar que o comportamento individual é modelado por padrões criados e compartilhados pela interação, mas, incorporados na forma de normas e regras objetivas, cristalizadas na sociedade como concepções legitimadas sobre a maneira mais eficaz de funcionamento das organizações (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2002, p. 98).

Mais que isso, verifica-se que parte dos trabalhos mais recentes no campo, também, passaram a utilizar uma abordagem que evidencia o estudo das lógicas institucionais, bem como a forma com que essas participam da formatação de organizações, grupos e indivíduos (NIELSEN; JENSEN, 2011; THORNTON; OCASIO, 2008).

Assim sendo, o pensamento em TI volta-se para as ações de indivíduos como fator influente nos processos de institucionalização de estruturas, bem como nas lógicas institucionais e, ainda, considera o ambiente como ator presente nesses processos. Desse constato, tem-se a possibilidade de conjectura de que, no âmbito da distinção paradigmática, diante do quesito voluntarismo e determinismo, a TI assume uma posição configurativa que se posiciona num lócus intermediário entre ambos. Porquanto, há algum grau de indeterminação do caráter paradigmático da TI, na classificação de Burrel e Morgan (2006), podendo-se identificar a presença de pressupostos Funcionalistas e Interpretativistas no âmbito da referida teoria.

Sob o ponto de vista organizacional, a premissa central é de que, na busca por legitimidade, as organizações incorporam linhas de ações já definidas e racionalizadas na sociedade e, por aceitação de normativos, coercitivos e “pressões mimético-institucionais”, organizações são “socialmente recompensadas” garantindo recursos para sua sobrevivência. Portanto, estratégicamente, as organizações incorporam práticas, valores contextuais, símbolos e cerimônias, para o contexto. Essa praxe, estendida para o âmbito de uma série de organizações, constitui em isomorfismo, referindo-se ao alinhamento de práticas organizacionais, à medida que são influenciadas pelas mesmas estruturas institucionalizadas. A busca por legitimidade, por sua vez, leva as organizações a um grau mais elevado de competitividade, crucial para sua sobrevivência no contexto de mercado (FERNANDEZ-ALLES; VALLE-CABRERA, 2006, p. 503).

Segundo Tolbert e Zucker (1999), vários trabalhos sob a égide Institucionalista têm contribuído para a evolução de análises no campo dos Estudos Organizacionais. Entretanto, existem carências estruturais da própria TI a serem atendidas. A despeito das técnicas emprestadas aos estudos institucionalistas, pouca atenção tem sido dada à conceitualização e à especificação de processos de institucionalização.

[...] Há pouco consenso sobre a definição de conceitos-chave, mensuração ou métodos no âmbito desta tradição teórica. [...] A teoria institucional ainda não desenvolveu um conjunto central de variáveis-padrão, não tem metodologia de pesquisa padronizada nem tampouco conjunto de métodos específicos. (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 194)

Diante do exposto até o presente, há uma carência latente no campo da TI, pelo uso de métodos alternativos, como da análise de eventos históricos, métodos interpretativos, triangulação e tipos ideais. “[...] O desenvolvimento de métodos interpretativos enriquece as possibilidades de tipos de dados e os métodos de coleta de dados disponíveis para pesquisadores para examinar o conteúdo e significado das instituições.” (THORNTON; OCASIO, 2008, p. 109).

Ao mesmo tempo, existem muito mais contribuições funcionalistas, a fim de, explorar as implicações de se estudar a realidade social, que se põe muito menos palpável e mais processual, do que se considera dentro do próprio funcionalismo. Para tanto, há que se ter maior consideração com a posição individual dos atores envolvidos, no tocante à forma que cada um possui de interpretar e sustentar, pontos de vistas sobre a realidade social. “Há campo para adotar uma epistemologia, uma visão de natureza humana e uma metodologia em consonância com essa visão revisada do status ontológico do mundo social”. Em síntese, pode ser desejável à Teoria das Organizações contemporânea, revisitar constantemente suas proposições básicas, com vistas nas dimensões subjetivo-objetiva (BURREL; MORGAN, 2006, p. 97).

Uma orientação ainda pouco frequente na pesquisa organizacional, porém, de crescente importância, é o método fenomenológico de pesquisa. Na sua forma mais pura, busca entender a essência das coisas, como o que tem significado na descrição de mitos, culturas e símbolos organizacionais, e daí a possibilidade de utilização da fenomenologia enquanto método para a pesquisa organizacional. “A concepção de fenômeno fundamenta-se nas visões idealista, neo-idealista, existencial e fenomenológica com relação à realidade do conhecimento” (JUNIOR; MELLO, 2008, p. 27). No sentido mais amplo, fenômeno é tudo que aparece, se manifesta e se revela.



Na linha da fenomenologia, as organizações são basicamente um construto social, ou seja, representam diferentes interpretações para diferentes indivíduos. Na interação, trata-se de uma construção intersubjetiva. Assim, há um distanciamento ontológico fundamental entre o teórico das organizações (funcionalista) e o fenomenologista (interpretativo) (BURREL; MORGAN, 2006). No entanto, segundo as considerações de Vergara e Caldas (2007), é possível que o conhecimento fenomenológico seja empregado com consistência, sob outros enfoques, como complementaridade metodológica, agregando contribuições para pesquisa em Administração.

O acréscimo fenomenológico, para o pensamento funcionalista, está fundado especialmente, no tocante ao respeito à natureza do mundo social. É possível existirem infortúnios para o sociólogo fenomenologista, que direcione seus estudos para o campo das organizações. Isso não há como contestar. No entanto, conforme a concepção de Burrel e Morgan (2006), é possível perceber que boa parte desses embarracos repousam na falta de explicitude dos pesquisadores principalmente no que se relaciona ao seu foco de atuação. Assim, considerando ser o problema de cunho ontológico, se faz necessário trazê-lo à luz.

Por uma perspectiva mais estrutural, Brown (1978) assume a racionalidade, a legitimidade ou a autoridade como dimensões que podem ser reconhecidas como estruturas de consciência, assim como características dos cenários cotidianos das empresas. Dessa maneira, a construção de temáticas vinculadas à gestão, por exemplo, podem ser reinterpretadas fenomenologicamente, compondo os fundamentos praxiológicos da vida organizacional. Os métodos de pesquisa qualitativa, explicitamente chamados de fenomenológicos, incluem entrevistas em profundidade e análises do discurso, especialmente na forma como são desenvolvidos historicamente no âmbito das ciências sociais, compreendidos eventualmente como interpretativos e pós-fenomenológicos. (JÚNIOR; MELLO, 2008, p. 40)

Diante do exposto, e considerados os possíveis percalços ontológicos, verifica-se que o caráter interpretativo da fenomenologia se mostra como uma possibilidade viável de satisfação de parte das carências metodológicas da TI e de forma geral para potencializar

análises no âmbito das teorias ligadas ao paradigma funcionalista. De forma especial, diante dos estudos envolvendo processos de institucionalização ou lógicas institucionais, os quais demandam análises no âmbito da essencialidade dos fenômenos.

[...] Zucker (1987, 1991) inclui o desenvolvimento da teoria institucional realizado até então no âmbito paradigmático da teoria funcionalista e propõe uma abordagem interpretativa (etnometodológica e fenomenológica) dela. Com isso, distingue a persistência cultural como decorrência e não mais como característica do processo de institucionalização, sugerindo que o grau de institucionalização se eleva na medida do aumento da transmissão, da manutenção e da resistência à alteração dos padrões culturais compartilhados. As consequências conceituais deste privilégio dado pela autora à dimensão cognitiva do fenômeno institucional, bem como o seu foco monoparadigmático no que concerne à cognição e às instituições, foram generalizados para todos os princípios da teoria institucional, demarcando as críticas vindouras. (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010, p. 13)

Sobretudo, no que se refere à abordagem das lógicas institucionais e seu papel na formatação do indivíduo e de organizações, bem como a forma que o contexto individual, interfere nas lógicas institucionais, a fenomenologia se coloca como um método promissor, não o único, para incrementar os resultados no campo.

O contexto cultural onde se apresentam os fenômenos permite, através da interpretação deles, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e uma busca dos significados da intencionalidade do sujeito frente à realidade. (JÚNIOR; MELLO, 2008, p. 28)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição deste ensaio está em apresentar conjecturas que fomentem discussões sobre a aproximação da fenomenologia, enquanto patrimônio teórico interpretativista, como um possível complemento metodológico à TI, que figura no âmbito do paradigma funcionalista. Não se absteve, entretanto, de pontuar o distanciamento fundamental existente na essência

dos dois paradigmas, mas, buscou-se essencialmente, destacar pontos de aproximação que, corroborem a proposta do trabalho.

A despeito das distinções paradigmáticas, entre funcionalismo e interpretativismo, no âmbito de suas respectivas abordagens, objetiva e subjetiva, ambos encontram-se sob os pressupostos da sociologia da regulação, ou seja, consideram que há certo ordenamento e um padrão no mundo social. O foco de aproximação, entretanto, ficou por conta das demandas metodológicas da TI não atendidas pelo instrumental funcionalista. O estudo de fenômenos sociais e organizacionais, sob as premissas das ciências naturais, comum ao funcionalismo, tem sido alvo de críticas contundentes na academia. Essas críticas são embasadas no fato de que as metodologias racionais, já não dão conta de explicar a complexidade que circunscreve as relações sociais contemporâneas.

A perda de fatos explicativos e o reducionismo têm justificado o embate. Daí, a crescente importância de pesquisas qualitativas no campo dos estudos organizacionais. Então, as críticas a TI, se sustentam principalmente sobre sua fragilidade metodológica, em especial, na dificuldade de subjetivar as análises de processos de institucionalização e, das lógicas institucionais.

Desde as preocupações com os processos de institucionalização e, mais recentemente a tendência de estudos sobre as lógicas institucionais, percebe-se que há um forte caráter social que circunda o objeto de estudo da TI. Por exemplo, as preocupações acerca da forma que organizações e indivíduos, interferem e sofrem interferência das lógicas institucionais. Esse assunto suscita uma investigação, para muito além do que o arsenal metodológico funcionalista é capaz de fornecer.

O âmago desses estudos repousa sob o nível do fenômeno envolvido na questão, portanto, mais que uma leitura quantitativa de dados, se faz indispensável lançar mão de métodos capazes de interpretar significados. Dessa forma, métodos qualitativos como entrevistas, análises históricas, e outros de natureza essencialmente interpretativistas, se apresentam em crescente importância nos estudos organizacionais. Desde longa data, pensadores da linha funcionalista consideraram o uso de *insights* interpretativistas, em

especial no campo dos métodos, como o caso de Max Weber e a noção de *verstehen*.

Diante do contexto, a fenomenologia se mostra em sua forma mais pura, como a busca da essência das coisas. Assim, se existe significância no ato de elucidar aspectos dos processos de institucionalização e de lógicas institucionais. Conhecer a essência dos fenômenos institucionais representa a chance de interpretar mitos, cerimônias, símbolos organizacionais, na forma como se manifestam, portanto, mais adequada às premissas da TI. Esse é um dos pontos de interseção que, se mostrou possível, como justificativa para o uso da fenomenologia no incremento metodológico à TI.

Um segundo ponto, diz respeito à forma que a fenomenologia comprehende organizações, como resultado de um construto social e, portanto, diferentemente sob diferentes pontos de vista, assim sendo, ela consegue analisar os fenômenos ao nível do indivíduo, fato que o objetivismo funcionalista não abarca.

A despeito do racionalismo positivista, a fenomenologia reconhece que, organizações representam o resultado da interação de contextos político, cultural, e de processos cognitivos e simbólicos. Assim sendo, a fenomenologia dispõe de características constitutivas, que perfazem justamente, as necessidades metodológicas complementares da TI, tanto em estudos de processos quanto em lógicas institucionais.

Em suma, a fenomenologia apresenta-se viável como complemento metodológico à TI. Não se trata aqui, de uma tentativa de promover a aproximação epistemológica e ontológica, de campos que, por essência, são distintos. No entanto, destacaram-se alguns pontos de confluência, que aproximam dois campos do conhecimento, que apesar de terem concepções distintas, podem ser, na prática, complementares.

O entendimento de fenômenos organizacionais complexos demanda um ferramental metodológico capaz de abranger assuntos em diferentes dimensões. Por isso, há necessidade de se discutir barreiras conceituais, que impeçam aproximações como a proposta neste estudo.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **La Construcción Social de la Realidad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1991.



BISPO, M. S. **Um diálogo entre os paradigmas da teoria crítica e interpretativa no contexto das organizações:** uma proposta baseada no conceito de prática. In: Encontro da ANPAD, 34, Rio de Janeiro, 2010.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** Hants: Ashgate, 2006.

BURREL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: ATLAS, 1999. v. I. p. 437-460.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. F. V.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CARVALHO, A.; VIEIRA, M. M. F. **Organizações, cultura e desenvolvimento local:** a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFEPE, 2003.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 10, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaorg/index.php/gestao/article/view/531>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

CRUBELLATE, J. M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A. A. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, v. 8, p. 37-60, 2004.

FERNANDEZ-ALLES, M. L.; VALLE-CABRERA, R. Reconciling institutional theory with organizational theories: how neoinstitutionalism resolves five paradoxes. **Journal of Organizational Change Management**, v.19, n.4, p. 503-517, 2006.

FONSECA, V. S.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. **Organizações & Sociedade**, [S.I.], v. 9, n. 25, p. 93-109, set.-dez, 2002.

FURLANETTO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, aug. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

JACKALL, R. **Moral mazes:** the world of corporate managers. Oxford: Oxford University Press, 1988.

JUNIOR, F. G. P.; MELLO, S. C. B.; Pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais: contribuições fenomenológicas de Alfred Schütz. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

JUNIOR, P. F. P. O.; PACAGNAN, M. N.; OLIVEIRA, E. W. M. A emergência dos estudos da estratégia como prática a partir das limitações do paradigma funcionalista/positivista. In: XV SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. São Paulo, 2012. **Anais...**, São Paulo, 2012. p. 1-13.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions.** 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais:** modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 220-226.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **El nuevo institucionalismo:** factores organizativos de la vida política. Zona Abierta, Madrid, n. 63-64, p. 1-43, 1993.

MEYER, J. W. The Effects of Education as an Institution. **American Journal of Sociology**, [S.I.], v. 83, p. 53-77, 1977.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. **American Journal of Sociology**, [S.I.], v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: MEYER, J. W.; SCOTT, R. W. **Organizational environments**: ritual and rationality. London: Sage Publications, 1992. p. 1-310.

NIELSEN, J. A.; JENSEN, T. B. Translating dominant institutional logics in practice: a case study of mobile technology institutionalization in home care. In: 27º EGOS COLOQUIUM. Göteborg, 2011. **Anais...**, Göteborg, 2011. p. 01-27. Disponível em: <http://vbn.aau.dk/files/54577279/egos_2011_full_paper.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2014.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press. 1990.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE BR**, [S.I.], v. 4, n. 1, Mar. 2006.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1-38

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

SELZNICK, Philip. **A liderança na administração**: uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

SELZNICK, P. Institutionalism “Old” and “New”. **Administrative Science Quarterly**, [S.I.], v. 41, n. 2, p. 270-277, jun. 1996.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 220-226.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics. In: R. GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; ANDERSEN, S. K.; SUDDABY, R. (Ed.). **Handbook of Organizational Institutionalism**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008. p. 99-129.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 22, p. 403-414. 1998. (Originalmente publicado em 1898).

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 66-72.

WEBER, M. The theory of social and economic organization. In: HENDERSON, A. H.; PARSONS, T. New York: The Free Press, 1947. p. 87-423.

WILLIAMSON, O. E. The economics and sociology of organization: promoting a dialogue. In: FARKAS, George; ENGLAND, Paula (Ed.). **Industries, firms, and jobs: sociological and economic approaches**. New York: Aldine de Gruyter, 1994. p. 159-183.

ZUCKER, L. G. “The role of Institutionalización in Cultural Persistence”. **American Sociological Review**, [S.I.], v. 42, p. 726-743. 1997.